

Licenciaturas em Santa Catarina: o contexto atual¹

Leda Scheibe*

Nadir Castilho Delizoicov**

Zenilde Durli***

Resumo

Neste trabalho apresentam-se resultados de investigação que teve como objeto de estudo a caracterização da disponibilidade de cursos de licenciatura no estado de Santa Catarina. Considerou-se a demanda de formação de profissionais para a docência no ensino médio regular. As informações necessárias foram obtidas no banco de dados *on-line*, alocado no sítio do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Tomando como base o ano de 2006, são apresentados dados sobre Santa Catarina como um todo e por mesorregiões, bem como por Instituições de Ensino Superior (IES), por área de conhecimento e por modalidade. Os resultados demonstram a existência de 149 cursos de licenciatura em todo o território catarinense, distribuídos por 21 diferentes IES. O maior número de cursos é o de Letras, 34; em segundo lugar, figuram os cursos de Matemática, 19; em terceiro lugar, os de Educação Física, 17. A formação de professores em Santa Catarina ocorre, na sua maioria, em instituições universitárias nas quais a modalidade presencial é a mais praticada. Quanto aos cursos de licenciatura relacionados às Ciências Naturais, há uma deficiência acentuada, de

* Pós-doutora pela Università Degli Studi Ferrara, Itália; Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina; professora do Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina Campus de Joaçaba; lscheibe@uol.com.br

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina *Campus* de Joaçaba, e do Curso de Mestrado em Educação; ridanc@terra.com.br

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina *Campus* de Joaçaba e do Curso de Mestrado em Educação; Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba (SC); 89600-000; zenilde.durli@unoesc.edu.br

forma semelhante à demanda evidenciada em relatório do Conselho Nacional de Educação. Recomenda-se a ampliação da formação inicial, particularmente para as disciplinas de Física, Química e Biologia, assim como a viabilização de uma efetiva formação continuada.

Palavras-chave: Formação de professores. Ensino superior. Licenciaturas em Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

A escassez de professores para o ensino médio não é um problema apenas conjuntural e nem mesmo somente emergencial. Pode ser caracterizado como estrutural, produzido historicamente não apenas pelas condições de formação, mas também pelas condições de trabalho, salário e carreira.

O ensino médio que, após a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/1996 – passou a fazer parte da educação básica, carece de profissionais para o seu atendimento docente. O consequente aumento de vagas acentuou a insuficiência de professores para atender à demanda. Em relatório produzido pela Comissão Especial, instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no ensino médio (BRASIL, 2007), apontou-se para a grave situação existente, bem como para a forte tendência de se ver ampliado o déficit nos próximos anos, diante da necessidade de universalização das matrículas nessa etapa da educação.

Hoje são mais de nove milhões de brasileiros que cursam o ensino médio, graças ao crescimento de matrículas que ocorreu no período de 1995 a 2005. O documento citado ressalta que tal crescimento não foi acompanhado pela melhoria da qualidade, demonstrado pelos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) – 2003 –, nos quais os alunos da rede pública apresentaram fraco desempenho. É, também, notória a disparidade existente no acesso à universidade pública, na qual grande parte dos ingressantes provém da rede privada de ensino.

Há outros e graves problemas e carências que fazem desse nível de ensino uma instância que requer especial atenção e efetivas ações no sentido da sua melhoria. O abandono escolar, a alta taxa de repetência, a ausência de propostas

pedagógicas mais motivadoras, a falta de financiamento adequado, ausência de laboratórios de ensino para as áreas de informática e ciências são exemplos, entre outros, das dificuldades possíveis de ser apontadas.

Destaca-se, contudo, a carência de professores como uma necessidade a ser enfrentada e melhor estudada, com informações mais pontuais e regionais. A discussão sobre políticas e gestão da formação de professores no país e nos seus diversos estados requer pesquisas e análises que permitam apreender os diversos cenários, seus limites e possibilidades à gestão das políticas, de modo a propiciar elementos à compreensão da realidade, bem como dos arranjos institucionais necessários à superação das principais dificuldades.

O grande desafio para a superação da escassez de professores passa pelo problema da remuneração – o Brasil é um dos países que menos paga aos seus professores (BRASIL, 2007). Um número cada vez menor de jovens dispõe-se a abraçar a carreira do magistério. Mas não menos fundamental é o problema relativo à sua formação, que envolve diretamente as licenciaturas, cuja demanda e oferta enfrentam nos últimos anos séria crise, podendo representar, em um curto espaço de tempo, aquilo que o Relatório já citado (BRASIL, 2007) denomina de “apagão” do ensino médio. Aliado ao número insuficiente de vagas, hoje disponibilizadas pelas universidades para determinados cursos, há, também, significativa evasão nos cursos de licenciatura por vários fatores, como repetências sucessivas nos primeiros anos, falta de recursos para os alunos se manterem no curso, ainda que vinculados à universidade pública.

No Brasil, tem-se destacado, particularmente, a carência de professores para as disciplinas de Física, Química, Matemática e Biologia. Dados do Relatório do CNE/CEB indicam, por exemplo, que são necessários 55 mil professores de Física no país, área na qual entre 1990 e 2001 só foram formados 7.216 professores.

Krawczyk (2003) destaca que, além do número de docentes ser insuficiente em diversas áreas do conhecimento, muitos dos professores em serviço não possuem titulação necessária para exercer o trabalho, o que aprofunda ainda mais as necessidades de formação, seja ela inicial, seja continuada.

Esse quadro, aliado ao trabalho das pesquisadoras com a formação de professores, incitou a realização de um levantamento, ainda que preliminar, da situação atual do oferecimento de cursos de formação para os professores do ensino

médio no estado de Santa Catarina, apontando: as instituições e os cursos de licenciatura existentes no ano de 2007; a oferta de cursos de formação de professores para o ensino médio por mesorregião e por Instituição de Ensino Superior e a distribuição dos cursos por área de conhecimento.

2 POLÍTICAS ATUAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As pesquisas sobre professores mostram que, com a grande expansão das redes de ensino em curto espaço de tempo e a ampliação consequente da necessidade de docentes, nas últimas décadas, o sistema de formação de professores não logrou prover o ensino com profissionais em número suficiente e com qualificação adequada (GATTI, 2002). É recente a ampla mobilização que visa à valorização dos profissionais da docência. Um marco pode ser visto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 1996 (BRASIL, 1996), a qual instituiu a necessidade de formação docente em nível superior para todos os professores, embora não de forma imediata para aqueles que atuam nas séries iniciais e na educação infantil. A formação de professores como política estratégica nacional se consolida lentamente, ao lado de determinadas ações, no sentido de melhorar as condições de trabalho, carreira e remuneração dos docentes.

Recentemente, as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foram modificadas ao prever que a instituição subsidiará o Ministério da Educação, na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais do magistério para a educação básica. A Capes torna-se, pois, agência reguladora da formação de professores no país, devendo ensejar maior organicidade entre as políticas, ações e programas governamentais a respeito da formação e profissionalização dos professores.

Tal modificação opera-se no interior de um amplo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 24 de abril de 2007 e sua complementação, o Decreto Presidencial n. 6.094/2007, que dispõe sobre o *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, prevendo programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação e a implantação de planos de carreira,

cargos e salários para os profissionais da educação. Destaca-se, nesse cenário, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que prevê a implantação de ensino superior a distância, para graduar professores em efetivo exercício na educação básica pública, como parte das estratégias de oferta de processos de formação no interior da nova configuração que se desenha agora para a formação dos professores. Articula-se à expansão da UAB o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O conhecimento mais aprofundado da situação, mais especificamente no estado de Santa Catarina e suas diversas regiões, precisa ser ampliado. Sabe-se o quanto o planejamento efetivo das ações desejadas, vinculadas à formação inicial ou de educação continuada, depende de uma política global de formação dos profissionais da educação voltada à qualidade social do país, acompanhada de uma política de valorização desses profissionais que contemple, de forma articulada, a sua formação inicial, a formação continuada e as condições de trabalho, salário e carreira (FREITAS, 2007). Contudo, entende-se, também, que as particularidades fazem parte da compreensão maior e são importantes à gestão implicada nos processos formativos e no exercício da profissão.

Evidencia-se, dessa forma, um quadro preocupante ante as necessidades da escola e de profissionalização da juventude, no qual as oportunidades de formação dos professores jogam um importante papel como fator de transformação. O pano de fundo dessa situação, uma sociedade que produz desigualdade social e na qual as instituições educacionais traduzem tais desigualdades no seu funcionamento (BOURDIEU; PASSERON, 1975; BAUDELLOT; ESTABLET, 1980), requer condições adequadas e mais unitárias de formação dos seus professores.

A qualidade dos processos de formação dos professores é crucial ao desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. A falta de rigor e a facilitação dos processos de formação que visam a melhorar as estatísticas em detrimento de uma efetiva capacitação não fazem avançar a melhoria da educação no país e trarão consequências nefastas, principalmente àqueles brasileiros que frequentam as escolas públicas e que dependem, no sentido da sua inclusão na “sociedade do conhecimento”, dos ensinamentos escolares.

Estudos recentes como o de Kuenzer (2007), voltados às relações entre a escola e o trabalho, indicam a forte demanda na sociedade moderna do preparo

intelectual para o trabalho. Ciência, cultura e trabalho estão cada vez mais relacionados, a partir da crescente intelectualização das atividades laborais. Uma sociedade atravessada pela microeletrônica exige a capacidade de trabalhar intelectualmente, o que implica, cada vez mais, segundo a autora, ampliação da escolaridade e reposicionamento do papel da escola.

São necessários processos de formação de professores com qualidade elevada, com o objetivo de responder às exigências sociais da atualidade, de progresso e emancipação do homem. Esses processos prescindem de planejamento amplo e estrutural, a fim de atender à demanda de professores para as diversas áreas do conhecimento.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SANTA CATARINA: O QUADRO DAS LICENCIATURAS

Vale ressaltar que os dados mais gerais sobre as licenciaturas² em Santa Catarina foram coletados *on-line*. Centrou-se, inicialmente, na busca no sítio do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O banco de dados do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) apresenta um cruzamento com os mais variados indicadores, a respeito das instituições de ensino superior no país, bem como dos cursos que oferecem.

Em recente documento da Diretoria de Educação Superior da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina – I Seminário Catarinense das Licenciaturas/2006 –, há informações que confirmam a situação nacional. Em 2005, contabilizada a oferta das instituições da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foram oferecidos 134 cursos de licenciatura (12.250 vagas) e 64 cursos de Pedagogia (4.555 vagas). Do montante de vagas disponibilizadas, destaca-se que 17,58% delas não foram preenchidas. Em 2008 o ensino superior de Santa Catarina formou cerca de 4,6 mil professores.

Em 2005, excluindo os 1.457 formados em Pedagogia, o Curso de Letras foi o que formou o maior número de licenciados, 718. O segundo curso em número de formados foi o de Educação Física, seguido pelo de Matemática. Já os cursos ligados à área das Ciências Naturais foram responsáveis pela formação

de apenas 731 professores, ou seja, 15,76% do total dos formados nos cursos de licenciatura do estado.

Em uma primeira incursão aos dados disponibilizados pelo Inep, referentes ao ano de 2006, encontrou-se referência a 243 cursos de graduação presenciais e cinco outros na modalidade a distância, dedicados à formação de professores para o ensino fundamental e ensino médio, em território catarinense. Deduzidos os cursos destinados à formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil (Normal Superior e Pedagogia), restaram 149 cursos de licenciatura em todo o estado.

O estado de Santa Catarina divide-se em seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Sul catarinense, Vale do Itajaí, Oeste catarinense, Serrana e Norte catarinense. Essa divisão congrega municípios de uma mesma área geográfica, com similaridades econômicas e sociais, sendo utilizada pelo IBGE para fins estatísticos. Não constitui, portanto, unidade política ou administrativa. A distribuição dos cursos de licenciatura nas mesorregiões é apresentada no Gráfico 1.

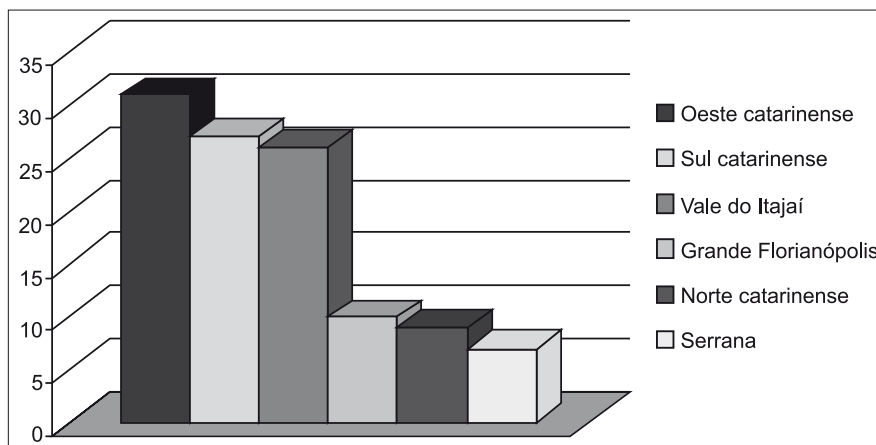


Gráfico 1: Distribuição de cursos de licenciatura por mesorregião

Fonte: com base em Sinaes (2006).

A mesorregião do Oeste catarinense é o local onde há maior número de cursos de licenciatura dedicados à formação de professores, para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Essa concentração responde, provavelmente, a dois grandes fatores: trata-se da região mais abrangente do estado em

extensão territorial, compreendendo 27.288,763 km² e, em termos populacionais, conta com 1.161.755 habitantes, perdendo apenas para o Norte catarinense e o Vale do Itajaí, conforme dados do IBGE de 2006.

No conjunto das seis mesorregiões, atuam 21 Instituições de Ensino Superior, as quais, em 2006, ofereceram cursos de licenciatura. É importante esclarecer que, entre essas 21 IES, 13 são universidades, cinco são faculdades, dois são centros universitários e apenas uma caracteriza-se como instituto de ensino superior.

Em Santa Catarina, prevalece a formação de professores nas universidades, embora a flexibilização do lócus de oferta iniciada pelo Decreto 2.306/1997 (BRASIL, 1997) tenha criado uma tipologia inédita para o sistema de ensino superior brasileiro. Por esse decreto, as instituições foram classificadas, quanto à natureza jurídica, em dois tipos: públicas, quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pela União, estados e municípios, e privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Quanto à organização acadêmica, classificam-se em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores (BRASIL, 1997), instaurando-se clara distinção entre instituições de pesquisa e instituições de ensino (FREITAS, 1999; SCHEIBE; AGUIAR, 1999; DURLI, 2007), em conformidade com as políticas educacionais neoliberais instituídas na década de 1990.

Das instituições investigadas, as que mantêm o maior número de cursos de licenciatura são: a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e a Universidade do Contestado (UnC). As três universidades apresentam características comuns que podem ser consideradas explicativas desta concentração: todas são instituições *multicampi*, oferecendo seus cursos em diversos municípios, o que pode fazer constar nos registros do Inep vários cursos; atuam em áreas geográficas de denso índice populacional e de grande extensão territorial. Outras quatro instituições também aparecem com significativo número de cursos: Universidade do Vale do Itajaí (Univali), a Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó) e o Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi).

As licenciaturas do estado de Santa Catarina, observada a classificação dos dados do Inep, ligam-se a diferentes áreas e constituem os cursos de: Letras,

Matemática, Educação Física, Biologia, História, Geografia, Artes, Química, Filosofia, Sociologia, Física, Educação Religiosa, Música, Artes Visuais, Formação de Professor de Ensino Presencial (EP), Educação Organizacional, Ciências, Informática, Teatro e Pesquisa Educacional.

Vale ressaltar que Letras é o curso mais ofertado, seguido de longe pelos cursos de Matemática, Educação Física e Biologia. Na área das Ciências Naturais, considerada a mais defasada na relação número de formados *versus* demanda, tem-se o seguinte cenário: oito de Química, quatro de Física e 15 de Biologia. Os cursos de graduação na modalidade a distância, até 2006, ainda constituíam baixo índice na totalidade das ofertas, como é possível visualizar no Gráfico 2.

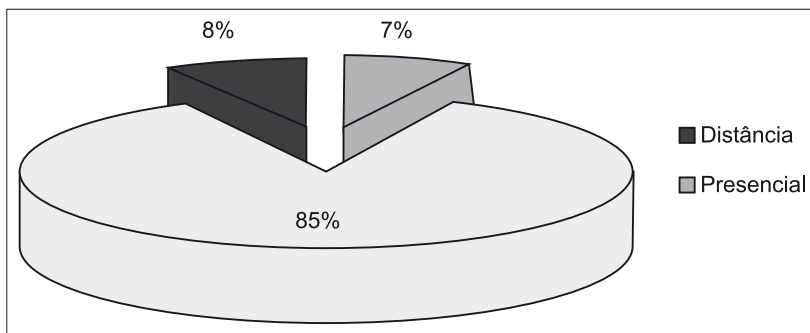


Gráfico 2: Cursos de licenciatura por modalidade

Fonte: com base em Sinaes (2006).

Os dados demonstram a prevalência da modalidade presencial em 85% dos cursos. Apenas 7% das licenciaturas foram consideradas na modalidade a distância, e 8% não informam a modalidade.

4 CONCLUSÃO

Tomando como base o ano de 2006, constatou-se a existência de 149 cursos de licenciatura em todo o estado catarinense, distribuídos por 21 diferentes Instituições de Ensino Superior. O maior número de cursos é o de Letras, 34; em segundo lugar, figuram os de Matemática, 19; em terceiro lugar, constam os de Educação Física, 17.

Um dado positivo relaciona-se à organização acadêmica das instituições, nas quais são oferecidos os cursos de licenciatura. A formação de professores em Santa Catarina ocorre, em sua maioria, em instituições universitárias, nas quais se supõe uma unidade entre as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, permitindo, ainda, hipoteticamente, comprometimento maior com a qualidade na formação do professor.

Quanto às licenciaturas relacionadas às Ciências Naturais, que apresentam grande déficit de professores no país, com formação específica, conforme o Relatório do CNE (BRASIL, 2007), há também uma carência acentuada no estado de Santa Catarina. Os dados indicam que, em 2005, apenas dois professores licenciaram-se em Física, 266 em Ciências Biológicas e 150 em Química. Evidencia-se, desse modo, uma necessidade especial de implementação das políticas que incentivem a formação de professores e sua atuação para essas disciplinas.

Resultados de outro estudo realizado por Scheibe, Delizoicov e Durlí (2008), com o objetivo de traçar um perfil dos professores que atuam na área das Ciências Naturais no ensino médio, em escolas dos municípios agregados à 7ª Gerência Regional de Educação (Gered) de Joaçaba, complementam a preocupação já apontada. Os dados desse estudo indicam a carência de docentes com habilitação específica para ministrarem as disciplinas de Biologia, Física e Química; as duas últimas são as disciplinas mais comprometidas com a falta de profissionais habilitados. Os resultados do estudo apontam, também, que cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização quando frequentados pelos docentes nem sempre são compatíveis com as suas respectivas licenciaturas, o que torna emergencial uma formação continuada. Outro agravante refere-se à carga horária de trabalho dos docentes, a qual não é compatível com um desempenho profissional de qualidade.

A discrepância entre a licenciatura do docente e a disciplina ministrada representa apenas uma das facetas dos graves problemas que atingem a educação brasileira. Ligada a essa questão, encontram-se a qualidade das aulas, o excesso de trabalho e os baixos salários dos professores. Urge uma política de valorização profissional, a qual priorize uma qualificada formação inicial e continuada, além de melhores condições de trabalho, salário e carreira, conforme advoga Freitas (2007). A autora argumenta, ainda, que são as atuais condições de trabalho que afastam uma ampla parcela de jovens da carreira docente.

Recomenda-se, portanto, a ampliação de cursos de licenciatura no estado e na região estudada, particularmente para as disciplinas de Biologia, Física e Química, bem como uma efetiva formação continuada, compreendida como um processo orgânico mediado por secretarias de educação que, em projetos colaborativos com as IES, possam atender os docentes, com horas de estudo inseridas na carga horária de trabalho destes. Eventos como cursos, palestras, oficinas, entre outros, oferecidos esporadicamente, são necessários, mas não suficientes quando a proposta é alterar significativamente a formação e a prática didático-pedagógica do docente.

Teaching certification in Santa Catarina: the current context

Abstract

This paper presents the results of a study that analyzed the availability of teacher colleges in Santa Catarina State. It considered the need for educating high school teachers. The information was obtained from on-line data bases, found at the website of the Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). The Anísio Teixeira Educational Research Institute]. Focusing on the year 2006, data about Santa Catarina are presented for the state as a whole and by meso-region, as well as by Institutions of Higher Education, field of study and modality. The results found 149 teaching courses throughout Santa Catarina, in 21 different institutions of higher education. The largest number of courses is in "letters" [Portuguese] with 34 (thirty four); followed by mathematics, 19 (nineteen) and physical education with 17 (seventeen). Most of the courses are at universities and in classrooms in which the professors are present. There is a significant lack of courses in the natural sciences, which was also revealed in a report of the National Education Council. An expansion in initial education in the state is recommended and in the regional study, particularly in the subjects of physics, chemistry and biology and of continued education for teachers already in the classroom.

Keywords: Teacher education. Higher education. Teacher certification in Santa Catarina.

Notas explicativas

- ¹ O presente trabalho foi apresentado no VIII Seminário Pedagogia em Debate e III Colóquio Nacional de Formação de Professores: políticas de formação e práticas educacionais na sociedade contemporânea. Curitiba: UTP, 2008.
- ² Dados sobre o Curso de Pedagogia não foram considerados nesta investigação, em virtude de sua especificidade voltada à formação do professor licenciado para atuar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. **La Escuela Capitalista**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

BRASIL. **Decreto n. 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta para o Sistema Federal de Ensino e dá outras providências. Brasília, DF, 1997.

_____. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. **Escassez de professores no Ensino médio: propostas estruturais e emergenciais**. Brasília, DF, 2007. Relatório.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: MEC, 1996.

DURLI, Zenilde. **O processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia: concepções em disputa**. 2007.

225f. Tese (Doutorado em Educação)–Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, dez. 1999.

_____. A (Nova) Política de Formação de Professores: A Prioridade Postergada. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1.203-1.230, out. 2007. Edição Especial.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília, DF: Plano, 2002.

KRAWCZKY, Nora. A escola média: um espaço sem consenso. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, nov. 2003.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, 2007.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. In: NÓVOA, Antonio; SCHRIEWER (Ed.). **A Difusão Mundial da Escola**. Lisboa: Educa e Autores, 2000.

MALACARNE, Vilmar. **Os Professores de Química, Física e Biologia da Região do Paraná: Formação e Atuação**. 2007. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. Formação de profissionais da educação no Brasil: O curso de pedagogia em questão. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, dez. 1999.

SCHEIBE, Leda; DELIZOICOV, Nadir; DURLI, Zenilde. **O Ensino Médio em Santa Catarina**: formação e perfil dos professores. Joaçaba, 2008. Relatório.

Recebido em 4 de outubro de 2008

Aceito em 12 de novembro de 2008